

## CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: A FEIRA DO AGRICULTOR EM PARANAGUÁ - PR SOB A PERSPECTIVA DO ECODESENVOLVIMENTO

**Bruna Matioski<sup>1</sup>; Valdir Frigo Denardin<sup>2</sup>; Jessica Puhl Croda<sup>3</sup>**

**GT 5:** Desenvolvimento Territorial, Transição Agroecológica e Alimentos

### **Resumo**

A diversidade de produtos alimentares disponíveis nas prateleiras dos supermercados, independente da estação do ano ou regiões do mundo em que são produzidos, evidencia um sistema complexo de logística e produção que exclui o pequeno agricultor do mercado. O objetivo deste trabalho é analisar os Circuitos Curtos de Comercialização sob a perspectiva do ecodesenvolvimento, aproximando o olhar para a Feira do Agricultor e seus ganhos socioambientais, contribuindo para o debate de desenvolvimento sustentável através de um caso empírico. Para tanto, foi estabelecido um arcabouço conceitual através de pesquisas bibliográficas e realizado um estudo de campo na Feira do Agricultor em Paranaguá-PR, onde foram realizadas três saídas de campo e aplicados cinco questionários distintos para os diferentes sujeitos: feirantes, consumidores e ator chave (definido como o feirante mais antigo). A Feira está localizada no centro histórico de Paranaguá, litoral do Paraná, e foi fundada em 1991 a partir da iniciativa dos produtores rurais locais. As vendas são realizadas de forma direta, de produtor/a para consumidor/a, a caracterizando como um Circuito Curto de Comercialização. Ao constituir esse sistema de comercialização, a Feira está em consonância com o ecodesenvolvimento, um estilo de desenvolvimento que busca valorizar os recursos específicos de cada ecorregião. A Feira do Agricultor se constitui como uma alternativa ao sistema hegemônico de comércio e produção agrícola, possibilita autonomia aos feirantes para comercializar seus produtos, valoriza a agricultura familiar local, fomenta a diversidade na produção agrícola, possibilitando escolhas alimentares saudáveis e diminui a dispersão de poluentes pelo transporte a longas distâncias.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Desenvolvimento local; Canais de comercialização; Litoral do Paraná.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Territorial Sustentável; UFPR, Setor Litoral; Matinhos, Paraná, Brasil. [brunamatioskiestudos@gmail.com](mailto:brunamatioskiestudos@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento e Agricultura; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável/UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: [valdirfd@ufpr.br](mailto:valdirfd@ufpr.br) ORCID: 0000-0002-8074-6544

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia Florestal; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável/UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: [jessicacroda@ufpr.br](mailto:jessicacroda@ufpr.br) ORCID: 0000-0003-2752-5053

## 1. INTRODUÇÃO

A comodidade proporcionada por um sistema alimentar globalizado, em que os mais diversos produtos estão facilmente disponíveis nas prateleiras dos supermercados, independente da estação do ano ou regiões do mundo em que são produzidos, evidencia um sistema modernizado e complexo de logística e produção em massa (Rover; Darolt, 2021). Os autores também destacam que, em um primeiro olhar, pode parecer benéfico à sociedade, mas esse sistema afeta as cadeias de produção dos alimentos locais que são desvalorizados mediante as grandes redes de distribuição.

Segundo Schneider (2021, p. 10), “o sistema alimentar que criamos é falho e não atende aos requisitos da segurança alimentar e da sustentabilidade”. Para suprir a demanda de uma população crescente, a biodiversidade é destruída dando lugar a monoculturas, cujo uso abusivo de agrotóxicos tem aumentado em prol da maximização da produção, característico do sistema hegemônico de produção dominado pelo agronegócio (Schneider, 2021).

Nesse contexto, Bombardi (2017, p. 33) aponta que “[...] o consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas no ano 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 194,12% em um período de apenas 15 anos”. Diante disso, evidencia-se que a saúde dos consumidores é deixada à deriva. Somado a isso, Rover e Darolt (2021, p. 36) apontam que “[...] o modelo industrial/convencional tem a participação de agricultores que conseguem se inserir nos mercados via contratos ou integração vertical com empresas ou cooperativas” que dão preferência aos grandes produtores priorizando a produção de processados e ultraprocessados.

Dentro desse sistema convencional do agronegócio, para que o transporte a longas distâncias da produção alimentar seja viabilizado economicamente, é necessário que a produção seja em massa, exigindo que o/a produtor/a esteja em um constante processo de especialização e modernização dos meios produtivos, além do transporte (Rover; Darolt, 2021). Por consequência, os autores afirmam que os pequenos produtores que não possuem os recursos necessários para atender as exigências desse sistema, ficam à margem deste processo.

Diante dessa conjuntura, é necessário repensar o sistema alimentar mundial, focando em sistemas que promovam segurança alimentar e nutricional, sendo financeiramente acessíveis a toda a sociedade e, principalmente, que fortaleçam a agricultura familiar, incluindo os agricultores/as marginalizados pelo agronegócio. Nesse sentido, se destacam os circuitos curtos de comercialização que se caracterizam pela reconexão entre produtores e consumidores e se

apresentam como uma alternativa aliada ao ecodesenvolvimento que busca valorizar os recursos específicos de cada ecorregião.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os Circuitos Curtos de Comercialização sob a perspectiva do Ecodesenvolvimento, a fim de evidenciar os ganhos socioambientais advindos desse modelo de comercialização através de recortes sociais, econômicos, ambientais e culturais. Além disso, visa analisar a Feira do Agricultor de Paranaguá-PR como uma alternativa ao sistema hegemônico de comercialização.

## 2. METODOLOGIA

Para construção do arcabouço teórico, valeu-se de pesquisa bibliográfica, que para Gil (1999) consiste em definir um problema de pesquisa e com base nele realizar um levantamento bibliográfico, buscando pesquisas e referências em livros, artigos, teses e dissertações. Para localizar o material utilizado foram realizadas buscas no periódico Google Acadêmico, Portal CAPES e SciELO, por meio das palavras chaves “Circuitos Curtos”, “comercialização em feiras”, “Feiras livres” e “ecodesenvolvimento”.

O estudo de caso empírico que foi realizado na Feira do Agricultor, localizada no município de Paranaguá-PR, é composto por dados obtidos pelo Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes Comunidades do Campo (PET CC), programa vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR Setor Litoral) que desenvolve ações de pesquisa, ensino e extensão na Feira do Agricultor desde 2022.

Os dados foram coletados pela equipe PET CC durante as saídas de campo para a Feira do Agricultor visando três públicos-alvo: feirantes, consumidores e um ator chave. Para realizar a descrição do perfil dos feirantes e consumidores/as, do funcionamento da Feira e dos principais produtos comercializados, foram aplicados cinco questionários em datas distintas, sendo dois para feirantes, dois para consumidores e um para ator chave.

A primeira saída de campo do Grupo PET CC ocorreu em outubro de 2022, com o intuito de se aproximar e estabelecer diálogo com os feirantes e consumidores/as, mapear a quantidade de barracas presentes na Feira e observar as principais características do espaço. Para isso, foi aplicado um questionário qualitativo aberto para 10 feirantes dos 20 presentes no momento e um questionário distinto qualitativo aberto para 11 consumidores/as, ambos selecionados aleatoriamente. O objetivo desses questionários foi observar o funcionamento da Feira e a motivação dos consumidores/as em consumir os produtos locais.

A segunda saída de campo do Grupo ocorreu em junho de 2023, foram aplicados um questionário qualitativo e quantitativo misto a 20 feirantes dos 22 presentes e um questionário qualitativo e quantitativo mistos a 41 consumidores que foram selecionados aleatoriamente. Foi aplicado um questionário qualitativo misto a um ator chave, sendo selecionado por ser um dos feirantes mais antigos. A terceira saída de campo ocorreu em maio de 2024, sendo observados os produtos comercializados.

### **3. ECODESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**

Ignacy Sachs foi um economista e sociólogo nascido em 1927 na Polônia e naturalizado francês, vivenciou ainda boa parte de sua vida no Brasil. Ao longo de sua trajetória contribuiu significativamente para o debate do desenvolvimento sustentável e da economia ecológica, sendo um grande crítico do sistema hegemônico exploratório dos recursos naturais e do aumento da desigualdade no campo, um passivo da Revolução Verde.

Sachs (1986) se desafiou a pensar em outros modelos de desenvolvimento que não visem o mero crescimento econômico. Ao fugir das soluções genéricas, o Ecodesenvolvimento proposto pelo autor busca o equilíbrio entre homem e natureza e frisa a necessidade de mudança nos sistemas de valores no que diz respeito à dominação da natureza. Para elucidar esse conceito é necessário perpassar pelas 8 características do ecodesenvolvimento, destacadas por Sachs (1986).

Na primeira característica Sachs (1986) pontua que o ecodesenvolvimento busca valorizar os recursos específicos de cada ecorregião, a fim de satisfazer as necessidades básicas humanas, destacando a alimentação, saúde, moradia e educação. Essas necessidades devem ser identificadas de modo autônomo para não haver reprodução dos padrões de consumo dos países ricos.

A implantação de um ecossistema social satisfatório norteia a segunda característica, com isto, o autor se refere à contribuição do ecodesenvolvimento para a segurança, emprego, respeito à diversidade cultural e a respectiva qualidade das relações humanas. Nesse sentido, ocorre uma correspondência entre o potencial da ecologia e a antropologia social (Sachs, 1986).

Na terceira característica, Sachs (1986) evidencia que a identificação, exploração e gestão de recursos naturais devem ser pautadas na solidariedade com as futuras gerações. Para tanto, embora seja inevitável o esgotamento dos recursos não renováveis a longo prazo, deve-se mitigá-los evitando seu desperdício e utilizando recursos renováveis, os quais o autor enfatiza que se explorados adequadamente não devem se esgotar.

Como quarta característica, a possibilidade de reduzir impactos negativos causados pela ação humana no ambiente através de recursos, procedimentos e organização produtiva que “[...] permita a utilização de todas as complementaridades e a utilização das quebras para fins produtivos” (Sachs, 1986, p. 16). Nesta característica, o autor evidencia a importância da reciclagem e o aproveitamento de todas as sobras dos processos produtivos.

Sachs (1986) destaca na quinta característica a aposta do ecodesenvolvimento na capacidade natural das regiões em realizar fotossíntese “sob todas as suas formas” e coloca a importância de utilizar fontes locais de energia, assim como, dar preferência a outros meios de transporte além do automóvel particular, reduzindo assim o consumo de energia de fontes comerciais, tais quais, as compostas por hidrocarbonetos.

Como sexta característica, Sachs (1986, p. 16) descreve a necessidade de “[...] um estilo tecnológico particular [...]” pois para que parte das características citadas acima possam ser aplicadas, precisa-se desenvolver técnicas apropriadas, assim, o aperfeiçoamento de ecotécnicas é fundamental para o ecodesenvolvimento, pois podem compatibilizar diversos objetivos econômicos, sociais e ecológicos. Contudo, o autor ressalta que é incorreto reduzi-lo a um estilo tecnológico, o descrevendo como “[...] modalidades de organização social e um novo sistema de educação [...]” (Sachs, 1986, p. 17).

Sachs (1986, p. 17) ao destacar a sétima característica ressalta que o quadro institucional para o ecodesenvolvimento só pode ser definido considerando as especificidades de cada caso, sendo necessária a construção de “[...] uma autoridade horizontal capaz de superar os particularismos setoriais, preocupadas com todas as facetas do desenvolvimento [...]”. O autor afirma ainda, a importância da participação das populações locais na realização de suas estratégias, bem como, na definição de suas necessidades e identificação da melhor maneira de aproveitar as potencialidades produtivas oferecidas pelos ecossistemas.

Por fim, a oitava característica consiste em uma educação preparatória para o planejamento e a gestão das estruturas participativas. Com o intuito de sensibilizar a sociedade em relação à dimensão ambiental e o viés ecológico do desenvolvimento, em síntese, para internalizar essa dimensão, “[...] modificando o sistema de valores em relação às atitudes de dominação da natureza [...]” (Sachs, 1996, p. 18). Para essa finalidade, pode ser realizada a educação formal e informal.

Para além das características acima descritas, Sachs (1993) menciona que o ecodesenvolvimento, enquanto um estilo de desenvolvimento, é um processo mediado por cinco dimensões de sustentabilidade, sendo:

- a) **Sustentabilidade Social:** diz respeito à criação de um desenvolvimento pautado em outra lógica de crescimento e em outra perspectiva de boa sociedade, objetivando a equidade social baseada na distribuição de rendas e bens, propiciando uma sociedade mais justa, com padrões de vida menos divergentes.
- b) **Sustentabilidade Econômica:** para que ocorra os recursos devem ser alocados e gerenciados de modo mais eficiente, sendo necessários constantes investimentos tanto do setor público quanto privado, para que isso seja viabilizado. Sendo assim, deve-se “[...] superar as configurações externas negativas resultantes do ônus de serviço da dívida e da drenagem líquida de recursos financeiros do Sul, dos termos de troca desfavoráveis, das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte [...]” (Sachs, 1993 p. 181), assim como, a difusão do acesso à ciência e tecnologia. A avaliação da eficiência econômica deve ser realizada para além da rentabilidade empresarial microeconômica, sendo avaliada também sob critérios de uma perspectiva macrossocial.
- c) **Sustentabilidade Ecológica:** é composta por medidas que visam ampliar a capacidade ecológica do planeta por meio de “soluções engenhosas”, expandindo o potencial do uso dos recursos naturais, com menor dano possível aos ecossistemas. Desse modo, é necessário impor limites aos recursos não renováveis que impactam o planeta, como os combustíveis fósseis, buscando substituí-los por produtos/recursos abundantes e renováveis. Deve-se conservar energia e recursos no intuito de reduzir a quantidade de resíduos e poluição; autolimitar o consumo material; investir em pesquisas que produzam tecnologia geradoras de menos resíduos e possibilitem utilizar os recursos de maneira mais eficientes no desenvolvimento industrial, rural e urbano; implementar normas efetivas de proteção ambiental, utilizando de aparatos legais, instrumentos econômicos e administrativos para que sejam cumpridos.
- d) **Sustentabilidade Espacial:** busca o equilíbrio rural-urbano, a distribuição territorial e de atividades econômicas por meio da diminuição da concentração em metrópoles; conter a degradação dos ecossistemas fragilizados pela colonização desenfreada; utilizar práticas de agricultura e silvicultura que sejam modernas, regenerativas, e inclusivas a pequenos agricultores por meio de tecnologias, acesso ao crédito e ao mercado; a descentralização da industrialização junto a novas tecnologias com enfoque nas indústrias de biomassa, que oportunizam a criação de empregos não agrícolas em regiões rurais.
- e) **Sustentabilidade Cultural:** diz respeito à busca de modelos de modernização e sistemas agrícolas integrados nas raízes culturais que tragam os princípios do ecodesenvolvimento, assim como, garantir essa continuidade cultural. Devem traduzir na prática esse conceito ao encontrarem as soluções específicas para cada região.

Em síntese, Sachs (1986) enfatiza que o ecodesenvolvimento deve ser operacional e a ação está intrínseca no conceito, de modo que, só pode ser julgado a partir da prática. Dessa forma, visa mudanças institucionais e parte de uma abordagem ecológica e social. Para sua aplicação, o autor frisa a necessidade da pesquisa e da amostragem da ação, bem como a circulação de informações sobre as experiências do ecodesenvolvimento e as ecotécnicas elaboradas por diversas culturas, a fim de inspirar pesquisadores/as e os responsáveis pelo planejamento regional.

Desse modo, a pesquisa, os estudos de caso e o intercâmbio de conhecimentos entre as distintas áreas de pesquisa e comparações com distintos locais do mundo, são fundamentais para mostrar os benefícios das regiões ou microrregiões que adotam ações rumo ao ecodesenvolvimento, de modo que, também seria possível analisar conhecimentos concretos e lacunas conceituais (Sachs, 1986).

#### **4. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO (CCC)**

Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) referem-se à curta distância entre o produto e o acesso ao consumidor/a. Existem várias terminologias empregadas que se designam a essa modalidade. Marsden, Banks e Bristow (2000) utilizam o termo “*food supply chains*” que em tradução livre significa “cadeias curtas de suprimento de alimentos”. Para Rover e Darolt (2021, p. 27) a etimologia da palavra “cadeia” diz respeito a algo fechado e linear, enquanto “circuito” faz alusão ao que “circula”, podendo pressupor a ocorrência de trocas e interações. Portanto, embora exemplifiquem a mesma modalidade de comércio, o uso da palavra “circuito” se torna mais adequado no presente trabalho.

Marsden, Banks e Bristow (2000) enfatizam que para compreender os circuitos curtos, é necessário ampliar a óptica para além do escoamento dos produtos, para observar como esses circuitos se constroem, se moldam e são reproduzidos com o passar do tempo no espaço. Os autores apontam que uma de suas características é a capacidade de re-espacializar os alimentos, ou seja, possibilita relacionar determinado alimento ao território em que foi produzido. Desse modo, ocorre a valorização da agricultura local, pois segundo Rover e Darolt (2021) os produtores que utilizam dos circuitos curtos para escoar sua produção, em sua maioria, pertencem à categoria de Agricultura Familiar.

De acordo com Rover e Darolt (2021) a venda em CCC pode ocorrer em duas modalidades, a direta e indireta. Na venda direta o produtor vende para o consumidor, como por exemplo na própria propriedade, em feiras livres, cestas agroecológicas, a domicílio, em

beiras de estrada, em eventos e para programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). Marsden, Banks e Bristow (2000) apontam que nesse modelo de venda presencial, a confiança e a autenticidade são estabelecidas de acordo com as interações entre o consumidor e o produtor. Em relação à distância que os agricultores se deslocam para a venda direta, Rover e Darolt, (2021) enfatizam que embora ainda seja uma discussão, em sua pesquisa consideram CCC até 200 km, na região sul do Brasil.

Na venda indireta, os produtos passam geralmente por um intermediário (Rover; Darolt, 2021). Dentro dessa modalidade estão os Circuitos Espacialmente Estendidos, definidos como a venda realizada fora da região de produção (Marsden; Banks e Bristow, 2000). Para Rover e Darolt (2021), esse tipo de venda ocorre quando a produção supre a demanda das proximidades e ainda gera um excedente, o qual é comercializado em outros territórios, por até dois intermediários, podendo estar ligados a associações, cooperativas e feiras.

Entretanto, Marsden, Banks e Bristow (2000) enfatizam que mesmo havendo somente um intermediário, apenas atende aos critérios de circuitos curtos casos em que o produto contenha informações que indiquem como foi produzido, quem o produziu e a localidade no qual foi produzido, uma vez que essas informações podem estar dispostas tanto na embalagem, como sendo comunicadas presencialmente no momento da venda, agregando qualidade e valor à produção. Nesse sentido, os autores afirmam que os circuitos curtos não são definidos pela distância percorrida ou pelo número de vezes que o produto é manuseado, mas sim, pela capacidade de criar conexões entre produtor e consumidor, e associá-lo ao local em que foi produzido.

Marsden, Banks e Bristow, (2000) observam que as relações e características de organização entre produtor e consumidor tendem a se tornar cada vez mais complexas e diversas. Para Rover e Darolt (2021) essa modalidade de comércio além do aporte de renda para os agricultores, ganha um sentido mais amplo, proporcionando a construção de laços de proximidade e confiança entre quem produziu e quem consumiu o alimento, permitindo um resgate cultural e de tradições. Além disso, a curta distância pode permitir que o consumidor conheça a propriedade na qual a produção é cultivada, propiciando um ambiente de troca de saberes entre os atores envolvidos.

Para Schneider e Ferrari (2015, p. 61) essas redes alternativas surgem a partir da “revalorização de processos e produtos com identificação de origem e apelo cultural”. Os autores discorrem que:

“O produto apresenta algumas características específicas ligadas à sua origem geográfica que dá uma qualidade especial e reputação no mercado. O lugar é o resultado dos recursos humanos e naturais do local em que é produzido. As pessoas, os produtores locais, herdeiros das tradições e conhecimentos, em conjunto com outros agentes locais, se engajam na criação de valor e preservação dos processos” (Schneider; Ferrari, 2015, p. 65).

Os autores observam a vantagem estratégica que a agricultura familiar pode possuir ao associar sua produção “[...] à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local” (Schneider; Ferrari 2015, p. 65) e pontuam que esses mercados de proximidade, mesmo informais, se expandem e se consolidam através da reputação. Dessa forma, os CCC fomentam as políticas locais, como o PNAE e estimulam a criação de outros espaços de venda direta (Schneider; Ferrari 2015). Nesse sentido, Rambo *et al.*, (2019, p. 14) apontam que:

“A constituição dos circuitos curtos de comercialização pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produtos coloniais) promovidos pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público”.

Ao valorizar os CCC, os agricultores familiares passam a ver os produtos rurais como fonte de renda e, conseqüentemente, promovem novos usos ao território (Rambo *et al.*, 2019). Segundo os autores (p. 10), os produtos locais promovem a valorização territorial, permitindo que a população local, assim como o visitante, “ganhe consciência da própria existência do território, do seu valor, da sua cultura e dos seus produtos específicos”.

A venda direta de produtor para consumidor promove a reconexão entre a produção e o consumo, saber por quais processos o alimento passa desde seu cultivo até estar disponível para venda, assegura uma qualidade diferenciada (Rover; Darolt, 2021). Os autores destacam que essa modalidade de venda ao diminuir ou eliminar intermediários pode reduzir o valor do produto, representando uma distinção do sistema tradicional de comércio e distribuição global, onde cada etapa que exigem intermediários elevam o valor monetário do produto.

A valorização sócio-territorial propiciada pelos CCC potencializa a valorização cultural e das tradições locais, conferem visibilidade e a devida importância ao agricultor e ao meio rural. Model e Denardin (2014, p. 15) enfatizam que “[...] coexistem na contemporaneidade diferentes rurais” e adotar uma visão homogênea sobre essa diversidade pode levar a uma realidade generalizada inexistente”.

Dessa maneira, se faz necessário conhecer e compreender os diversos modos de existências rurais, suas características e peculiaridades territoriais, culturais e socioambientais, que ditam a sua organização. Para tanto, Model e Denardin (2014, p. 5) destacam que:

“Compreender o rural brasileiro é levar em conta tantos os diferentes tempos de ruralidades quanto os diferentes espaços. Os diferentes tempos que encontramos dificultam as generalizações, pois desconsiderar essas diferenças pode resultar em equívocos no que tange às políticas de intervenção”.

A partir da exposição dos autores, a compreensão da funcionalidade dos diversos contextos rurais é fundamental para determinar como o poder público pode auxiliar na ampliação dos Circuitos Curtos de Comercialização. Somado a isso, políticas públicas voltadas à valorização dessa modalidade de comércio, impulsionariam tanto a economia local, quanto promoveriam condições de vida mais dignas para os agricultores e consumidores.

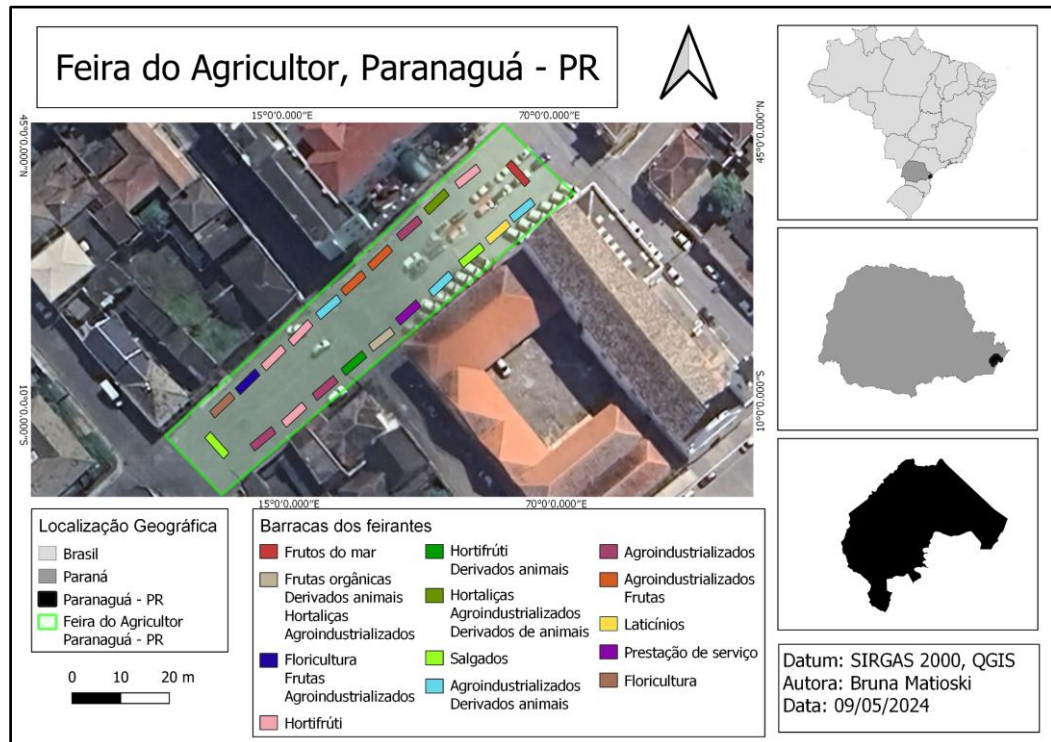
Em síntese, os Circuitos Curtos de Comercialização compõem um sistema contra hegemônico de comercialização, permitem a aproximação entre produtor e consumidor que garante a procedência de sua escolha alimentar, além de alimentos mais saudáveis e diversos. Os produtores ganham autonomia para comercializar seus produtos e ampliam sua renda, permitindo sua permanência nas atividades rurais. Ademais, promovem a valorização cultural e territorial da produção local.

## **5. FEIRA DO AGRICULTOR EM PARANAGUÁ NO LITORAL DO PARANÁ**

O litoral Paranaense é composto por 7 municípios, sendo eles: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Possui ao todo 301.405 mil habitantes (IBGE, 2022). O local em que ocorreu este estudo foi a Feira do Agricultor, localizada no município de Paranaguá-PR (Figura 1). A cidade foi fundada em 1648, a mais antiga da região e, atualmente, é composta por 145.829 habitantes (IBGE, 2022) e a principal atividade econômica é a portuária.

A Feira do Agricultor foi fundada em 1991, a partir da iniciativa dos produtores rurais de Paranaguá e região para o escoamento de suas produções. Em janeiro de 2022, a lei municipal 4.111/22 “institui e oficializa a Feira Municipal de Produtos Agrícolas, Pesca e do Artesanato como evento social, econômico, patrimônio imaterial e cultural do município de Paranaguá”.

Mapa 1- Mapa da Feira do Agricultor localizada no município de Paranaguá, litoral do Paraná.



Fonte: elaborada pelos autores, 2024.

Nota 1: Os alimentos vendidos por cada barraca variam de acordo com a sazonalidade.

A Feira ocorre todos os sábados das 6h às 12h e no momento da pesquisa era composta por 22 barracas. Se localiza em uma rua ao ar livre e os produtos são expostos em barracas de bambu, metal, madeira e lona, montada pelos próprios feirantes durante a madrugada. Dessa forma, permite que os consumidores possam fazer suas compras desde o primeiro horário da manhã.

A Feira é autogestionada, ou seja, gerida pelos próprios feirantes a partir do estatuto elaborado coletivamente que rege as regras de funcionamento da feira:

“Tem que ter estatuto, se não tem estatuto não tem organização. Nós temos presidente, nós temos coordenador, vice coordenador, nós temos secretária, nós temos tesoureiro, nós temos tudo” (Feirante 22).

Internamente, os feirantes se organizam nos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, tesoureiro e uma pessoa responsável pelo marketing. Os cargos são escolhidos através de decisões coletivas, assim como, a realização de assembleias ordinárias, onde são discutidos assuntos relacionados à organização da feira, finanças e eventos, tal como, o aniversário da feira, considerado um grande evento na cidade.

## 5.1 PERFIL DOS FEIRANTES DA FEIRA DO AGRICULTOR

As entrevistas realizadas indicaram que há agricultores familiares de três municípios do litoral paranaense atuando na feira, sendo 80% residentes de Paranaguá, 15% são residentes de Morretes e 5% residem em Guaraqueçaba. Observa-se que os feirantes que vêm de Morretes tem o deslocamento de em média 1h e o feirante de Guaraqueçaba desloca-se parte do trajeto de barco.

A faixa etária dos feirantes (Tabela 1), demonstra que 30% possuem mais de 41 anos e 55% mais de 51 anos. Diante disso, alguns feirantes relataram que seus filhos não pretendem dar continuidade à função dos pais na feira, ou mesmo, já não estão mais inseridos no cotidiano rural, o que futuramente pode representar uma dificuldade em relação à continuidade da feira.

Tabela 1 – Faixa etária dos feirantes da Feira do Agricultor/Paranaguá, litoral do Paraná.

Faixa etária dos feirantes	Número de respostas	%
30 anos ou menos	3	15%
De 31 à 40 anos	0	0%
De 41 à 50 anos	6	30%
De 51 à 60 anos	6	30%
61 anos ou mais	5	25%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Grupo PET Comunidades do Campo, 2023.

Em relação aos produtos comercializados, o estatuto da Feira determina que 70% dos produtos devem ser produzidos pelos próprios agricultores. A partir da observação dos produtos expostos na Feira (Quadro 1), destaca-se a variedade de produtos comercializados, uma vez que das 22 barracas presentes, 9 trabalham com mais de uma modalidade.

Quadro 1- Produtos comercializados na Feira do Agricultor em Paranaguá, litoral do Paraná.

(Continua)

N.º	MODALIDADES	PRODUTOS EXPOSTOS
1	Hortifrúti	Banana, batata doce, batata, alface, cenoura, vagem, abobrinha, couve, chuchu, milho, pimentão, atemoia, gengibre, limão, abacate, rabanete, pepino, berinjela, tomate, nabo, cebola, pepino japonês, melancia, melão, espinafre, salsinha, cebolinha.
2	Laticínios	Queijos, iogurtes e picolés.
3	Hortifrúti	Abobrinha, mandioca, cenoura, alface, pimentão, pimenta, chuchu, batata doce, batata, pepino, poncã, maracujá, acelga, vagem, berinjela, cebola, jiló, inhame, rabanete, repolho, tomate, tomate cereja, salsinha, cebolinha.

(Conclusão)

N.º	MODALIDADES	PRODUTOS EXPOSTOS
4	Agroindustrializados Fruta	Banana, doce de banana, palmito, aipim, pães, bolo, empadas.
5	Agroindustrializados	Farinha de mandioca, biju na folha de banana, tapioca, broinha de polvilho, bolacha de coco.
6	Agroindustrializados	Sucos naturais de abacaxi (inhame com limão, araçá pera, melancia com limão, uva, acerola, maracujá, abacaxi com hortelã, limão com gengibre) temperos caseiros, salgados.
7	Hortifrúti	Banana, mandioca, repolho, alface, chuchu, rabanete, pimentão, abobrinha, abóbora, berinjela, inhame, jiló, tomate cereja, espinafre, salsinha, cebolinha.
8	Agroindustrializados Derivados de animais	Bolos, mel, ovos caipiras, leite, pães.
9	Hortaliças Agroindustrializados Derivados de animais	Mandioca, cará, inhame, batata doce, pimenta, ovos caipiras, mel, doces.
10	Floricultura Fruta Agroindustrializados	Suculentas, banana, limão, farinha de mandioca, flores em geral.
11	Agroindustrializados Frutas	Pães caseiros, nhoque, biju, limão.
12	Frutas orgânicas Hortaliças Agroindustrializados Derivados de animais	Mel, ovos caipiras, polpa de fruta, batata, inhame, abacate, poncã, alface, acelga, repolho, abóbora, maracujá, batata doce, pepino japonês, manga, maçã, cúrcuma, cebolinha.
13	Agroindustrializados	Tapioca recheada, mandioca e banana chips, conservas, bala de banana (com e sem açúcar), bala de gengibre, banana passa, farinha de tapioca.
14	Agroindustrializados Derivados de animais	Conservas, ovos caipiras, pupunha in natura, macarrão de pupunha, lâmina de lasanha de pupunha.
15	Agroindustrializados Derivados de animais	Bolacha, temperos, farinha, mandioca, mel.
16	Frutos do mar	Peixes, camarão
17	Hortifrúti	Banana, mandioca, inhame, açafraão, gengibre, poncã, coentro, salsinha, cebolinha.
18	Salgados	Pastel, churros, coxinha de aipim.
19	Prestação de serviço	Barraca de afiações de facas, tesoura, alicate de unha e outros.
20	Hortifrúti Derivados animais	Banana, alface, cenoura, repolho, couve-flor, pimentão, ovos caipiras, couve-flor, limão, batata doce, beterraba, alho-poró.
21	Floricultura	Flores e suculentas.
22	Salgados	Pasteis, coxinhas de aipim, sucos, café.

Fonte: Grupo PET Comunidades do Campo, 2024.

Notas: Os números de 1 a 22 tem o intuito de organização do quadro e não representam o número das barracas na feira, pois nem todas as barracas possuem número de identificação.

Os produtos agroindustrializados estão presentes em 11 barracas, sendo que a maioria dos produtos é proveniente da produção rural dos próprios agricultores/as. Em destaque, há a mandioca, produto muito cultivado no litoral do Paraná e na Feira do agricultor está presente em diversos produtos, como a farinha de tapioca, o beiju, a tapioca recheada, a broa de polvilho, chips e o biscoito de polvilho.

A agroindustrialização dos produtos realizados pelos feirantes, revela um poder transformador do alimento, como é o caso da pupunha, vendida sob a forma de conservas, mas que também é base para a produção de macarrão e lâminas de lasanha. Além de alterar o produto, a validade é estendida, como é o caso das frutas colhidas em algumas propriedades que são transformadas em geleias ou em polpas para suco, assim como as hortaliças e ervas, são modificadas em diversos temperos.

Os produtos derivados de animais, estão presentes em 7 barracas e se apresentam em forma de leite, picolés, queijos e ovos caipiras. Parte desses produtos são transformados em massas de salgados e bolos, uma maneira de agregar valor e diversificar a oferta na barraca.

Os produtos de hortifrúti estão presentes em 5 barracas, as quais contém uma maior variedade de produtos expostos, como é o caso da barraca 1, com 28 itens e a barraca 3 com 24 itens. Dessa forma, uma grande variedade de frutas e hortaliças é ofertada aos consumidores/as.

A barraca de salgados (Quadro 1) produz em sua agroindústria os produtos utilizados nas massas e recheios, assim como, o suco que é servido, o molho de pimenta com cenoura e o tempero que traz o sabor diferencial no seu produto.

“Por exemplo, a coxinha de aipim, a produção do aipim, do palmito pupunha, tudo de lá, né, o recheio do palmito, as frutas são todas de lá, da nossa propriedade. As que não são de lá são dos vizinhos né. O nhoque é de aipim, também é beneficiamento dos produtos de lá (agroindústria da família)” (Feirante 22).

Observa-se que além da mão de obra familiar empregada na produção, para atender a demanda pelos salgados na feira, a barraca 22 contrata mão de obra temporária. Também são observadas barracas que não vendem alimento, como a barraca 21, de floricultura e a barraca 19 que presta o serviço de afiação de facas, tesouras, entre outros objetos. Ademais ressalta-se que os produtos presentes no Quadro 1 são provenientes de observação empírica, em data específica, portanto, a oferta de produtos na Feira varia de acordo com a estação do ano em que a produção ocorre na região, característica inerente aos CCC.

Os municípios de Morretes e Paranaguá são responsáveis pela maior parte da produção de horticultura. Quando compara-se as hortaliças presentes no Censo Agropecuário (Quadro 2) com as comercializadas na Feira (Quadro 1), observa-se semelhanças nos dados, estando a

batata-doce, o inhame e a cebolinha presentes em cinco barracas. O pimentão, gengibre, repolho e salsinha estão presentes em quatro barracas. A abobrinha, berinjela, cenoura e rabanete estão presentes em três barracas e, em menor quantidade, a acelga, couve, espinafre, jiló, pepino, vagem e tomate em duas barracas. A couve-flor e o milho em apenas uma barraca.

Quadro 2 - Quantidade produzida por toneladas na horticultura do litoral do Paraná, 1995 2006 e 2017. (continua)

Produtos da Horticultura	Guaraqueçaba			Morretes			Paranaguá		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Abobrinha	0	0	0	1611	2513	1457	8	4	10
Acelga	0	0	0	0	0	0	0	3	5
Alface	0	0	0	2443	0	234	29	3	27
Batata-baroa	0	0	0	347	0	0	0	0	0
Batata-doce	0	0	0	0	26	3	0	1	15
Berinjela	0	0	0	0	974	889	10	1	8
Beterraba	0	0	0	254	2	11	7	4	6
Brócolis	0	0	0	9	13	1	0	3	9
Cará	0	0	0	0	1	20	0	0	4
Cebolinha	0	0	0	0	179	262	7	3	31
Cenoura	0	0	0	13	0	0	15	1	3
Chicória	0	0	0	0	31	0	1	1	2
Chuchu	0	0	0	3871	7135	4730	1	0	0
Couve	0	0	1	7	41	11	0	5	16
Couve Flor	0	0	0	18	1	0	10	0	0
Espinafre	0	0	0	6	10	1	1	4	2
Gengibre	0	0	0	2356	380	457	2	25	0
Hortelã	0	0	0	97	0	0	10	0	1
Inhame	0	240	1	0	270	322	0	1	5
Jiló	0	0	0	0	55	51	0	1	1
Milho verde	0	0	0	0	14	24	0	2	0
Pepino	7	0	0	2586	1603	543	47	5	14
Pimenta	0	0	0	0	17	0	0	0	1
Pimentão	0	0	0	557	455	224	11	0	1
Repolho	0	0	0	4	1	2	8	81	5
Rúcula	0	0	0	0	4	17	0	1	2
Salsa	0	0	0	2	7	4	8	0	9

(conclusão)

Produtos da Horticultura	Guaraqueçaba			Morretes			Paranaguá		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Tomate	0	0	0	0	696	181	0	0	0

Vagem (feijão)	0	0	0	1379	205	486	5	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>240</b>	<b>2</b>	<b>16086</b>	<b>14736</b>	<b>9994</b>	<b>188</b>	<b>162</b>	<b>189</b>

Fonte: Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017.

O comparativo entre a produção observada na Feira (Quadro 1) e os dados observados no Censo Agropecuário (Quadro 2), evidenciam a representatividade territorial dos produtos que são produzidos dentro dos municípios, no que tange à similaridade da produção agrícola de Morretes e Paranaguá com a produção comercializada na Feira.

## 5.2 PERFIL DOS CONSUMIDORES E SUAS PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO A FEIRA DO AGRICULTOR

Nesta seção serão tratados os dados demográficos dos consumidores da Feira, sua percepção e os principais motivos que os fazem frequentá-la.

Ao mapear os endereços, evidencia-se que 96% dos consumidores pertencem ao município de Paranaguá. Em relação à faixa etária dos consumidores, a Tabela 2 aponta que 31% possuem de 51 a mais 60 anos e 27% dos consumidores possuem de 31 a 40 anos, seguidos dos consumidores de 20 a 30 anos que representam 24%, apenas 2% têm menos de 20 anos. Apesar destes decaírem em relação aos demais, observa-se que a faixa etária dos consumidores acima de 20 anos se mantém diversa, revelando um público variado.

Tabela 2- Faixa etária dos consumidores da Feira do Agricultor/ Paranaguá, litoral do Paraná

<b>Faixa etária dos consumidores</b>	<b>Quantidade de respostas</b>	<b>%</b>
Menos de 20 anos	1	2%
de 20 a 30 anos	10	24%
de 31 a 40 anos	11	27%
de 41 a 50 anos	6	15%
de 51 a 60 anos	5	12%
Mais de 60 anos	8	19%
<b>Total geral</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>

Fonte: Grupo PET Comunidades do Campo, 2023.

Os consumidores demonstram uma relação de fidelidade, pois 50% dizem frequentar a Feira a mais de 3 anos, 12% a mais de 10 anos, 12% a mais de 15 anos e 25% dizem frequentar a Feira desde sempre. Quando questionados sobre a motivação de participarem da Feira, observa-se que a palavra qualidade acompanha 60% das justificativas, sendo destacados

também os produtos frescos, naturais e variados, o reconhecimento da Feira como um ambiente familiar e de passeio, o contato com as pessoas e a consciência da relação direta com o produtor/a.

Em relação a procura por produtos, 72% dos consumidores relataram que a Feira atende suas necessidades, 9% dizem sentir falta de produtos quando não estão na época de produção e 9% mencionaram que no quesito variedade a Feira atende suas necessidades, melhor que o mercado.

Uma totalidade de 100% dos consumidores considerou a Feira como sendo positiva, destacando as respostas que consideram a Feira importante ao município e aos feirantes, assim como, o reconhecimento da relevância de comercializar os produtos locais da região e a Feira como constituinte de um ambiente de troca.

A Feira do Agricultor se consolida a partir de uma relação direta entre feirante e consumidor. Nesse sentido, observa-se a fidelização do consumidor e reconhecimento da importância da feira para quem consome o alimento, para quem produz e para o território em que é produzido.

### 5.3 FEIRA DO AGRICULTOR E ECODESENVOLVIMENTO EM DIÁLOGO

A Feira do Agricultor foi criada para suprir a dificuldade dos agricultores familiares da região em comercializar sua produção, uma vez que, na perspectiva ecodesenvolvimento cada ecorregião "[...] insiste na solução específica de seus problemas particulares [...]" (Sachs, 1986), p. 18). Nesse sentido, ao aproveitar o potencial produtivo da agricultura familiar e tentar solucionar a dificuldade de escoamento, os agricultores consolidaram a Feira como um Circuito Curto de Comercialização de produtos rurais no centro urbano da cidade de Paranaguá-PR.

Sachs (1986) destaca que o ecodesenvolvimento busca valorizar os recursos específicos de cada ecorregião a fim de satisfazer as necessidades básicas humanas. Nesse viés, pode-se destacar a alimentação como uma necessidade humana em que a Feira pode colaborar, ofertando alimentos frescos e diversos. Nesse sentido, a Feira rompe a lógica convencional, onde os produtos estão disponíveis nos supermercados em qualquer época do ano independente de sua origem geográfica, a oferta do alimento da Feira é sazonal, respeitando os ciclos da natureza e da produção, resgatando a conexão entre consumo e os alimentos produzidos no território.

A Feira mantém viva saberes-fazer específicos, as receitas identitárias passadas de geração em geração chegam à mesa do consumidor em forma de pães, doces, bolos e salgados. Os produtos agroindustrializados carregam a memória do território, os sabores e aromas que

são encontrados exclusivamente na feira, a atribuem um papel central na preservação da cultura local e circulação dos conhecimentos populares.

Quando Sachs (1993) discorre sobre a criação de um ecossistema social satisfatório, destaca-se o emprego, o respeito à diversidade cultural e a qualidade das relações humanas, quando aproximamos o olhar para a Feira do Agricultor, nota-se que são gerados empregos através da renda obtida pelos próprios feirantes e pelos empregos gerados pela barraca de pastel (barraca 22), por exemplo. Observa-se ainda a diversidade cultural que é concentrada nesse espaço devido à variedade de produtos agroindustrializados presentes nas barracas.

Esse espaço de venda direta proporciona a qualidade das relações humanas mencionadas por Sachs (1993). As relações de amizade e confiança são construídas e fortalecidas pelo comprometimento do feirante em estar presente na Feira semanalmente e pela confiança dos consumidores adquiridas através do diálogo, que permitem saber a origem e o processo da produção dos alimentos. Esses laços se consolidam através do tempo, uma vez que boa parte dos consumidores demonstram frequentar a Feira a anos. Essa aproximação permite que o consumidor possa ver o alimento para além de uma simples mercadoria, vislumbrando sua história até chegar na feira, uma história contada pela produção familiar e carregada de cultura.

No que consiste a poluição no ambiente, em decorrência do deslocamento da produção, o Circuito Curto da Feira, disponibiliza o alimento na própria região, não sendo necessário que as produções dos agricultores percorram grandes distâncias nos transportes rodoviários, deixando de emitir poluentes.

Para além do mencionado, Sachs (1986, p. 16) descreve a necessidade de desenvolver “[...] um estilo tecnológico particular [...]” apontando para as ecotécnicas, que também podem estar relacionadas às técnicas que os agricultores familiares utilizam para plantio e manejo do solo, ou mesmo para minimizar a quantidade de agrotóxicos. Como exemplo, observa-se a barraca construída a partir do bambu, ao aproveitar um material disponível na propriedade o agricultor dá um uso eficiente e sustentável ao bambu e atribui uma estética rústica à sua barraca, o que pode chamar a atenção do consumidor.

No que tange a Sustentabilidade Social, a Feira se caracteriza como um modelo de desenvolvimento que não prima pelo mero crescimento econômico, mas gera oportunidades que aliada às relações de reciprocidade e de confiança, contribui para a segurança alimentar e nutricional.

A Sustentabilidade Econômica é voltada para o escoamento local da produção, permitindo um aporte de renda ao agricultor familiar e o acesso do consumidor a um produto

sem os acréscimos gerados pelos intermediários, tornando os produtos acessíveis aos consumidores. Desse modo, a disponibilidade de alimento frescos e financeiramente acessíveis aos consumidores, representa uma alternativa aos alimentos ultraprocessados disponibilizados pelas indústrias, que são amplamente consumidos devido ao seu baixo preço, mas que não possuem um valor nutricional significativo, causando desnutrição, obesidade e outros danos colaterais à saúde, produzidos muitas vezes como uso excessivo de agrotóxicos.

Quanto à Sustentabilidade Ecológica, a utilização do território pela agricultura familiar causa um menor dano à natureza em relação à monocultura e se faz mais diversa na variedade de alimentos produzidos. Em relação a Sustentabilidade Espacial, principalmente quanto ao equilíbrio rural-urbano, a Feira constitui-se como uma ponte entre essas duas realidades distintas, permitindo interações e trocas entre campo e cidade.

Por fim, em relação a Sustentabilidade Cultural, a Feira do Agricultor é reconhecida a partir da legislação municipal como patrimônio imaterial e cultural da cidade de Paranaguá, sua localização no centro histórico da cidade é símbolo da resistência e organização dos agricultores familiares locais, que ao construírem coletivamente o estatuto de regimento interno da feira, construíram um pilar que a faz perdurar desde 1991, mantendo a história viva, preservando a cultura e promovendo a valorização da identidade local. Essa organização constitui um diferencial que pode servir de inspiração para o fortalecimento de outras feiras da região.

## 6. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada evidencia a Feira do Agricultor como um Circuito Curto de Comercialização já consolidado em Paranaguá, que perdura há mais de três décadas, proporcionando um espaço coletivo de escoamento da produção de alimentos no litoral do Paraná. Além de positiva para os agricultores familiares, é benéfica para os consumidores que a frequentam, contribuindo para uma oferta de alimentos mais saudáveis e diversos, com valores mais justos.

A Feira do Agricultor constitui uma alternativa ao sistema hegemônico de comércio e produção agrícola, possibilitando o escoamento do alimento produzido no próprio território, promovendo a valorização da agricultura familiar local e das tradições culturais. Ao fomentar o consumo local e representar uma mudança dos padrões de produção e consumo, colabora para um desenvolvimento sustentável economicamente viável, em consonância às características e dimensões do ecodesenvolvimento.

A compreensão dos impactos do modelo global de produção e distribuição de alimentos é necessária para a construção de políticas públicas que apoiem os sistemas alimentares locais. Nesse contexto, apoiar os circuitos curtos de comercialização são estratégias essenciais para promover o desenvolvimento local e fortalecer a agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

GIL, A; C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: Acesso em: 27 jun. 2023.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G.; Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MODEL, P. A; DENARDIN, V. F. **Agricultura familiar e a formação de Circuitos Curtos de Comercialização através das feiras livres: caso da Matifeira – PR**. Engema, 2014.

PARANAGUÁ. Lei nº 4.111 de 10 de janeiro de 2022. Institui e oficializa a Feira Municipal de Produtos Agrícolas, Pesca e do Artesanato como evento social, econômico, patrimônio imaterial e Cultural do município de Paranaguá. Legislação Municipal de Paranaguá - PR. 2022.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; VON DENZ, E. Circuitos curtos de comercialização fomentando novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**. Chapecó: Unochapecó, v. 28, n. 46, p. 9-26, 2019.

ROVER, J. R.; DAROLT, R. M. (ed). **Circuitos Curtos de Comercialização, agroecologia e inovação social**, Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, p. 2021.

SACHS, I. Ambientes e Estilos de Desenvolvimento. In: SACHS, I. **O Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

SCHNEIDER, S. (ed). **Circuitos Curtos de Comercialização, agroecologia e inovação social**, Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, p. 2021.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Revista Organizações rurais e agroindustriais**. Lavras, MG., v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.